

15/09/2015

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 883.846 RIO DE JANEIRO

RELATOR	: MIN. MARCO AURÉLIO
AGTE.(S)	: AMERICAN AIRLINE INC
ADV.(A/S)	: RAFAEL FERNANDES GURJÃO TERCEIRO E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: BRUNA ENGELKE WANDERLEY
ADV.(A/S)	: ADLEER DE ANDRADE RODRIGUES DA SILVA

AGRAVO – OBJETO. Visando o agravo a fulminar certa decisão, a minuta deve estar direcionada a infirmá-la. O silêncio quanto a fundamento consignado conduz, por si só, à manutenção do que assentado.

### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal em desprover o agravo regimental no recurso extraordinário com agravo, nos termos do voto do relator e por unanimidade, em sessão presidida pela Ministra Rosa Weber, na conformidade da ata do julgamento e das respectivas notas taquigráficas.

Brasília, 15 de setembro de 2015.

MINISTRO MARCO AURÉLIO – RELATOR

15/09/2015

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 883.846 RIO DE JANEIRO

RELATOR	: MIN. MARCO AURÉLIO
AGTE.(S)	: AMERICAN AIRLINE INC
ADV.(A/S)	: RAFAEL FERNANDES GURJÃO TERCEIRO E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: BRUNA ENGELKE WANDERLEY
ADV.(A/S)	: ADLEER DE ANDRADE RODRIGUES DA SILVA

## RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Em 7 de agosto de 2015, neguei provimento ao agravo, consignando:

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO –  
MATÉRIA FÁTICA – INTERPRETAÇÃO  
DE NORMAS LEGAIS – FALTA DE  
PREQUESTIONAMENTO –  
INVIABILIDADE – AGRAVO  
DESPROVIDO.**

1. A recorribilidade extraordinária é distinta daquela revelada por simples revisão do que decidido, na maioria das vezes procedida mediante o recurso por excelência – a apelação. Atua-se em sede excepcional à luz da moldura fática delineada soberanamente pelo Tribunal de origem, considerando-se as premissas constantes do acórdão impugnado. A jurisprudência sedimentada é pacífica a respeito, devendo-se ter presente o Verbete nº 279 da Súmula do Supremo:

Para simples reexame de prova não cabe recurso extraordinário.

**ARE 883846 AGR / RJ**

As razões do extraordinário partem de pressupostos fáticos estranhos ao acórdão atacado, buscando-se, em síntese, o reexame dos elementos probatórios para, com fundamento em quadro diverso, assentar-se a viabilidade do recurso.

A par desse aspecto, o acórdão impugnado revela interpretação de normas estritamente legais, não ensejando campo ao acesso ao Supremo. À mercê de articulação sobre a violência à Carta da República, pretende-se submeter a análise matéria que não se enquadra no inciso III do artigo 102 da Constituição Federal.

Acresce que, no caso, o que sustentado nas razões do extraordinário não foi enfrentado pelo Órgão julgador. Assim, padece o recurso da ausência de prequestionamento, esbarrando nos Verbetes nº 282 e 356 da Súmula do Supremo. Este agravo somente serve à sobrecarga da máquina judiciária, ocupando espaço que deveria ser utilizado na apreciação de outro processo.

2. Conheço do agravo e o desprovejo.

3. Publiquem.

A agravante, na minuta do regimental, insiste no processamento do extraordinário. Discorre acerca da obrigatoriedade de aplicação dos tratados internacionais – em especial, da Convenção de Montreal –, articulando com o disposto nos artigos 5º, § 2º, e 178 da Constituição Federal. Busca o sobrestamento do processo com base no Recurso Extraordinário nº 636.331 e subsidiariamente, sustenta a redução do valor da indenização.

A parte agravada, em contraminuta, defende o acerto da decisão impugnada.

É o relatório.

**15/09/2015****PRIMEIRA TURMA****AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 883.846 RIO DE JANEIRO****V O T O**

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – Na interposição deste agravo, observaram-se os pressupostos de recorribilidade. A peça, subscrita por advogado devidamente credenciado, foi protocolada no prazo assinado em lei. Conheço.

Salta aos olhos o descompasso entre a decisão atacada e as razões deste agravo. Na primeira, aponte a inexistência dos Verbetes nº 282 e nº 356 da Súmula do Supremo e registre a necessidade da análise do conjunto fático-probatório e a ausência de ofensa direta à Constituição Federal. A agravante limitou-se a contestar o último ponto. Em síntese, eventual procedência do que articulado esbarra nos fundamentos – ausência de prequestionamento e necessidade de análise de fatos e provas – que, embora suficientes a inviabilizar o processamento do extraordinário, não foram questionados. A falta de impugnação específica de todas as premissas consignadas é de molde, por si só, a levar à manutenção do que assentado.

No mais, tem-se a ausência de similitude entre a matéria ora em discussão e a contida no Recurso Extraordinário nº 636.331/RJ, em que reconhecida a repercussão geral do tema relativo à possibilidade, ou não, de limitação, com base na Convenção de Varsóvia, das indenizações por danos morais e materiais, decorrentes de extravio de bagagem. Na espécie, a controvérsia trata de cancelamento de voo.

Quanto ao pedido subsidiário, no julgamento do Recurso Extraordinário com Agravo nº 743.771/SP, o Supremo concluiu pela inexistência de repercussão geral do tema referente à fixação do valor relativo a indenização por danos morais.

Ante o quadro, desprovejo o agravo.

**PRIMEIRA TURMA**

**EXTRATO DE ATA**

**AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 883.846**

PROCED. : RIO DE JANEIRO

**RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO**

AGTE.(S) : AMERICAN AIRLINE INC

ADV.(A/S) : RAFAEL FERNANDES GURJÃO TERCEIRO E OUTRO(A/S)

AGDO.(A/S) : BRUNA ENGELKE WANDERLEY

ADV.(A/S) : ADLEER DE ANDRADE RODRIGUES DA SILVA

**Decisão:** A Turma negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator. Unânime. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Roberto Barroso. Presidência da Senhora Ministra Rosa Weber. 1ª Turma, 15.9.2015.

Presidência da Senhora Ministra Rosa Weber. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Luiz Fux e Edson Fachin. Ausente o Senhor Ministro Roberto Barroso em razão de participação no "*Global Constitutionalism Seminar*", na Universidade de Yale.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Odim Brandão Ferreira.

Carmen Lilian Oliveira de Souza  
Secretária da Primeira Turma